



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

LUCAS DE FRANÇA CAVALCANTI

**QUALIDADE DA INFORMAÇÃO, REPUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS E A (POSSÍVEL) RELAÇÃO COM FRAUDES CONTÁBEIS**

Recife

2025

LUCAS DE FRANÇA CAVALCANTI

**QUALIDADE DA INFORMAÇÃO, REPUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS E A (POSSÍVEL) RELAÇÃO COM FRAUDES CONTÁBEIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador (a): Prof. Dr. Marcelo Jota Gomes

Recife

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Cavalcanti, Lucas de França.

QUALIDADE DA INFORMAÇÃO, REPUBLICAÇÃO DAS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E A (POSSÍVEL) RELAÇÃO COM
FRAUDES CONTÁBEIS / Lucas de França Cavalcanti. - Recife, 2025.

36 p., tab.

Orientador(a): Marcelo Jota Gomes

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Contábeis -
Bacharelado, 2025.

Inclui referências.

1. Informação contábil. 2. Fraude Contábil. 3. Auditoria Independente. I.
Gomes, Marcelo Jota. (Orientação). II. Título.

300 CDD (22.ed.)

FOLHA DE APROVAÇÃO

LUCAS DE FRANÇA CAVALCANTI

QUALIDADE DA INFORMAÇÃO, REPUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E A (POSSÍVEL) RELAÇÃO COM FRAUDES CONTÁBEIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em 03 de abril de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.(a). Marcelo Jota Gomes
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.(a). Severino Pessoa do Santos
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.(a). Eduardo Carlos Pessoa de Amorim
Secretaria da Fazenda de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por me dar forças e sabedoria para os desafios da graduação, sem Ele nada disso seria possível.

Aos meus familiares, que são minha base, e por muito tempo me deram suporte para que eu pudesse focar nos estudos sem precisar ter outras preocupações.

À minha namorada, por seu amor e incentivo nessa minha caminhada para a dissertação, seu apoio foi imprescindível nos momentos mais difíceis e me motivou a seguir sempre em frente.

Ao meu orientador, Marcelo Jota Gomes, pelo seu comprometimento e dedicação em me guiar neste trabalho. Seu conhecimento e direcionamento foram importantíssimos para que essa pesquisa fosse conduzida com rigor acadêmico e excelência. Agradeço por casa sugestão, correção e ensinamentos e conversas que tivemos.

Muito obrigado!

RESUMO

A qualidade da informação contábil é um fator essencial para garantir a transparência e a confiabilidade dos demonstrativos financeiros, sendo fundamental para a tomada de decisão de investidores e stakeholders. Este estudo analisa as determinações de refazimento de demonstrações financeiras emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no período de 2015 a 2024, investigando os principais fatores que levaram à necessidade de correções contábeis, os padrões observados nos refazimentos e sua possível relação com fraudes contábeis. A pesquisa adota uma abordagem descritiva e documental, com análise qualitativa dos dados coletados a partir de documentos públicos disponibilizados pela CVM. Os principais achados revelam que as inconsistências mais recorrentes nas demonstrações financeiras se referem a falhas na mensuração de ativos e passivos, erros no reconhecimento de receitas e classificação contábil inadequada, especialmente em empresas de setores que exigem maior julgamento subjetivo na aplicação das normas contábeis. Além disso, observou-se que, em diversos casos, as auditorias independentes não foram capazes de detectar os erros antes da intervenção da CVM, sugerindo falhas nos processos de fiscalização e controle interno das empresas. O estudo conclui que há uma necessidade crescente de aprimoramento na governança corporativa e no rigor das auditorias para evitar inconsistências contábeis e garantir maior confiabilidade nas informações divulgadas ao mercado. As limitações da pesquisa incluem o acesso restrito a determinados documentos e a impossibilidade de comprovar diretamente a existência de fraudes, o que abre espaço para futuras investigações sobre a eficácia da auditoria e a relação entre qualidade da informação contábil e manipulação financeira.

Palavras-chave: Informação contábil. Auditoria independente. CVM. Fraude contábil. Governança corporativa.

ABSTRACT

The quality of accounting information is a key factor in ensuring the transparency and reliability of financial statements, playing a fundamental role in the decision-making process of investors and stakeholders. This study analyzes the restatement determinations of financial statements issued by the Brazilian Securities and Exchange Commission (CVM) from 2015 to 2024, investigating the main factors leading to accounting corrections, patterns observed in restatements, and their possible relationship with financial fraud. The research adopts a descriptive and documentary approach, with a qualitative analysis of data collected from public documents provided by the CVM. The main findings reveal that the most recurrent inconsistencies in financial statements are related to mismeasurement of assets and liabilities, errors in revenue recognition, and inadequate accounting classification, particularly in companies operating in sectors that require greater subjective judgment in applying accounting standards. Additionally, in several cases, independent audits failed to detect errors before the CVM's intervention, suggesting weaknesses in the regulatory oversight process and internal controls of companies. The study concludes that there is an increasing need to improve corporate governance and auditing rigor to prevent accounting inconsistencies and ensure greater reliability of information disclosed to the market. The study's limitations include restricted access to certain documents and the inability to directly prove fraud, opening space for future investigations on the effectiveness of auditing and the relationship between accounting information quality and financial manipulation.

Keywords: Accounting information. Independent audit. CVM. Financial fraud. Corporate governance.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Motivos alegados para refazimento/republicação dos relatórios contábeis.....	28
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição dos casos de determinação de refazimento/republicação de acordo com a data da deliberação.....	23
Tabela 2 – Distribuição dos casos de determinação de refazimento/republicação de acordo com a data da demonstração.....	23
Tabela 3 – Distribuição dos casos de determinação de refazimento/republicação de acordo com o tipo de documento.....	25
Tabela 4 – Distribuição dos casos de determinação de refazimento/republicação de acordo com a empresa responsável pela auditoria.....	26

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BP	Balço Patrimonial
CCSA	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CECPE	Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DCCA	Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
DR	Demonstração do Resultado
IBRACON	Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes
IFRS	Normas Internacionais de Relatório Financeiro
MEC	Ministério da Educação
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1. Problema de Pesquisa	12
1.2. Justificativa	13
1.3. Objetivos	14
1.3.1. Objetivo Geral	14
1.3.2. Objetivos Específicos	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1. Qualidade da Informação Contábil	15
2.2. Republicação de Demonstrações Financeiras e seus impactos	16
2.3. Fraudes Contábeis e Manipulação de Resultados	16
2.4. O Papel da Auditoria Independente.....	17
2.5. Governança Corporativa e Qualidade da Informação Contábil	17
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	19
3.1. TIPO DE PESQUISA.....	19
3.1.1. Pesquisa Descritiva e Documental	19
3.1.2. Abordagem Qualitativa	19
3.2. UNIVERSO E AMOSTRA.....	20
3.3. COLETA DE DADOS.....	20
3.4. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS.....	21
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	23
4.1. Data de determinação e período base da demonstração	23
4.2. Tipo de documento a ser corrigido.....	25
4.3. Empresa de auditoria responsável pelo exame.....	26
4.4. Motivo alegado para Refazimento/Republicação.....	28
4.5. Relação entre refazimentos e fraudes contábeis.....	29
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
5.1. Principais Resultados e Contribuições do Estudo	30
5.2. Limitações da Pesquisa	32
5.3. Sugestões para Pesquisas Futuras	32
REFERÊNCIAS	35

1. INTRODUÇÃO

A divulgação das demonstrações contábeis tem como principal objetivo fornecer informações transparentes e confiáveis sobre a situação patrimonial e financeira das empresas para usuários externos, como investidores, credores e órgãos reguladores. Entretanto, ao longo dos últimos anos, ocorreram diversos casos de fraudes contábeis envolvendo grandes corporações – como General Electric (GE) e Via Varejo – que trouxeram à tona questionamentos sobre a fidedignidade das informações contábeis divulgadas e a eficácia dos mecanismos de fiscalização e auditoria independentes.

A qualidade da informação contábil é fundamental para a tomada de decisão no mercado de capitais, uma vez que possibilita a todos os interessados compreender a situação econômica da empresa, avaliar seus riscos e prever sua capacidade de gerar benefícios futuros (DANTAS, 2011). Assim, a credibilidade das demonstrações financeiras diminui a desigualdade de informações e intensifica a transparência no contexto empresarial. Para assegurar a correta elaboração dessas informações e a aderência aos princípios contábeis e normativos, vários organismos reguladores trabalham na supervisão do mercado de capitais.

No Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) exerce uma função fundamental na regulamentação e fiscalização das companhias de capital aberto. Criada pela Lei nº 6.385/1976, a autarquia tem a obrigação de garantir a aderência das demonstrações financeiras às normas contábeis em vigor, evitando possíveis distorções que possam afetar a confiabilidade dos relatórios financeiros. Com a edição da Deliberação CVM nº 595/2009, a entidade aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 26, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que constitui os critérios para a divulgação das demonstrações contábeis, permitindo a comparação entre períodos distintos e entre diferentes companhias.

A qualidade dos relatórios contábeis pode ser afetada por vários fatores, incluindo erros de mensuração, falhas no reconhecimento de receitas e despesas, insuficiência de divulgações e até mesmo práticas contábeis fraudulentas. Quando essas inconsistências são descobertas, a CVM pode determinar o refazimento e a republicação das demonstrações contábeis, assegurando a correção das informações antes que causem impactos irreversíveis aos investidores e ao mercado (DANTAS, 2011).

Além da regulamentação da CVM, a legislação societária brasileira também prevê outros métodos para diminuir as falhas contábeis. O artigo 177, § 3º, da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.) estabelece que as demonstrações financeiras das companhias abertas devem ser

levadas à revisão de auditores independentes, garantindo a conformidade das informações contábeis antes de sua divulgação ao público. Porém, mesmo com a atuação dos auditores, diversas empresas são notificadas pela CVM para correções e republicações de suas demonstrações financeiras, levantando questionamentos sobre a efetividade do processo de auditoria e o real comprometimento das entidades com a transparência e governança corporativa.

Como pilar fundamental para a gestão organizacional, a contabilidade não apenas subsidia a tomada de decisão estratégica, mas também assegura a prestação de contas aos stakeholders, fortalecendo a confiança do mercado. No entanto, a ocorrência de fraudes contábeis e inconsistências na qualidade da informação tem gerado impactos significativos no ambiente corporativo, afetando não apenas os investidores, mas também a sociedade em geral.

Casos emblemáticos, como os escândalos contábeis da Enron e da WorldCom, trouxeram à tona uma necessidade de haver mais rigor nas fiscalizações e na normatização das práticas contábeis. No Brasil, a CVM desempenha um papel fundamental nesse assunto, impondo determinações de refazimento sempre que identifica inconsistências ou indícios de fraude nos relatórios contábeis das empresas listadas na bolsa de valores. Assim, a análise dessas determinações pode fornecer análises importantes sobre as fragilidades na qualidade da informação contábil, fazendo que possamos ter uma melhor compreensão das causas que fazem a necessidade de republicação das demonstrações financeiras e sua possível relação com fraudes contábeis.

1.1. Problema de Pesquisa

A qualidade da informação contábil é um elemento essencial para garantir a transparência e a confiabilidade das demonstrações financeiras, sendo uma das principais bases para a tomada de decisão por investidores, credores e demais stakeholders. No entanto, quando as informações contábeis não refletem adequadamente a realidade econômica e financeira das empresas, abre-se margem para erros, manipulações e fraudes financeiras, comprometendo a integridade do mercado e a credibilidade das empresas.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) desempenha papel crucial na fiscalização das empresas de capital aberto e, quando identifica falhas significativas nas demonstrações financeiras, exige sua republicação por meio de determinações de refazimento. Essas correções

podem estar relacionadas a erros de mensuração, reconhecimento inadequado de receitas e despesas, deficiências nas divulgações obrigatórias ou até mesmo indícios de fraudes contábeis.

De acordo com Dantas (2011), as falhas nas demonstrações contábeis podem estar associadas à atuação dos auditores independentes, que possuem a responsabilidade de assegurar a qualidade da informação contábil. Entretanto, o aumento no número de determinações de refazimento pela CVM ao longo dos últimos anos levanta dúvidas sobre quais são os fatores que estão sendo negligenciados e como essas falhas podem impactar a prevenção e detecção de fraudes financeiras.

Com base no exposto, o estudo busca responder à seguinte pergunta de pesquisa: *De que forma a qualidade das informações contábeis influencia a detecção e a prevenção de fraudes financeiras, com base nas determinações de refazimento emitidas pela CVM nos últimos 10 anos?*

1.2. Justificativa

A qualidade da informação contábil é um dos principais determinantes da transparência no ambiente corporativo e da eficiência dos mercados financeiros. No entanto, fraudes contábeis e manipulações de demonstrações financeiras continuam sendo desafios globais, prejudicando a confiança dos investidores e impactando a estabilidade econômica.

As determinações de refazimento emitidas pela CVM representam uma oportunidade valiosa de estudo, pois refletem casos em que a qualidade das informações contábeis foi questionada. A análise dessas determinações pode contribuir para:

- Identificar os principais fatores que levam à republicação das demonstrações financeiras.
- Fornecer insights sobre a atuação dos auditores independentes na detecção de falhas.
- Melhorar as práticas de controle e governança corporativa nas empresas.

Além disso, este estudo se torna ainda mais relevante diante do aumento da demanda por governança corporativa e *compliance*. Empresas estão sendo cada vez mais pressionadas a adotar políticas rigorosas de integridade e transparência, e a qualidade das informações contábeis é uma peça-chave nesse processo.

Nesse sentido, há uma expectativa de que a resposta à questão de pesquisa poderá trazer subsídios para discutir a relação entre qualidade da informação contábil e práticas fraudulentas,

contendo dados teóricos e práticos para empresas, auditores, reguladores e pesquisadores da área de Ciências Contábeis.

1.3. Objetivos

1.3.1. Objetivo Geral

Analisar como a qualidade das informações contábeis influencia o processo de detecção e prevenção de fraudes financeiras, com base nas determinações de refazimento emitidas pela CVM nos últimos 10 anos.

1.3.2. Objetivos Específicos

- a) Identificar os principais critérios que determinam a qualidade da informação contábil segundo a literatura acadêmica e regulamentos normativos;
- b) Analisar os principais fatores que motivaram as determinações de refazimento emitidas pela CVM nos últimos 10 anos;
- c) Avaliar a relação entre a qualidade da informação contábil e a ocorrência de fraudes financeiras, considerando padrões de refazimento identificados.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo tem como objetivo apresentar o embasamento teórico para a análise dos refazimentos de demonstrações financeiras determinados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) entre os anos de 2015 e 2024. A pesquisa fundamenta-se nos conceitos de qualidade da informação contábil, auditoria independente, fraudes contábeis e governança corporativa, áreas que impactam diretamente a confiabilidade das informações financeiras e a necessidade de republicação das demonstrações contábeis.

Segundo Lakatos e Marconi (2017), a revisão da literatura desempenha um papel fundamental na contextualização da pesquisa e na compreensão do estado da arte sobre determinado tema. Assim, este capítulo visa explorar os principais conceitos e estudos acadêmicos relacionados à qualidade da informação contábil e seus reflexos na transparência do mercado financeiro, servindo de suporte teórico para a interpretação dos dados analisados na pesquisa.

2.1. Qualidade da Informação Contábil

A qualidade da informação contábil é um dos pilares essenciais para a transparência e eficiência dos mercados financeiros. De acordo com Hendriksen e Van Breda (1999), a contabilidade deve fornecer informações relevantes, confiáveis e comparáveis, possibilitando que investidores e demais stakeholders tomem decisões baseadas em dados fidedignos.

A transparência das demonstrações financeiras reduz a assimetria informacional, tornando a relação entre gestores e acionistas mais equilibrada. Conforme apontam Scott (2012) e Dechow, Ge e Schrand (2010), a qualidade da informação contábil está diretamente relacionada à capacidade preditiva das demonstrações financeiras, à neutralidade das estimativas contábeis e à tempestividade na divulgação das informações.

Entretanto, diversos estudos demonstram que muitas empresas não conseguem manter um padrão adequado de qualidade informacional, resultando em erros contábeis ou necessidade de republicação de suas demonstrações. Hribar e Jenkins (2004) destacam que a republicação de demonstrações financeiras pode ser um indicativo de falhas nos controles internos, podendo sinalizar a existência de manipulações contábeis ou fraudes.

2.2. Republicação de Demonstrações Financeiras e seus impactos

A republicação de demonstrações financeiras ocorre quando erros, omissões ou distorções relevantes são identificados nos relatórios previamente divulgados. Plumlee e Yohn (2010) indicam que os principais fatores que levam à necessidade de republicação incluem mudanças regulatórias, erros contábeis não intencionais, práticas contábeis inadequadas e fraudes contábeis deliberadas.

Os impactos da republicação para as empresas são significativos, pois afetam diretamente sua credibilidade no mercado. Beasley et al. (2000) destacam que empresas que passam por refazimentos financeiros sofrem perda de confiança dos investidores e desvalorização de suas ações. Elliott e Shaw (1988) corroboram essa visão, demonstrando que a republicação de demonstrações financeiras está associada a quedas no preço das ações, devido à incerteza gerada entre os investidores.

A necessidade frequente de refazimentos pode indicar deficiências na governança corporativa. Empresas que possuem conselhos de administração fortes e auditorias independentes rigorosas tendem a apresentar menor necessidade de republicação de demonstrações financeiras (AGRAWAL; CHADHA, 2005).

2.3. Fraudes Contábeis e Manipulação de Resultados

Um dos fatores que frequentemente levam à necessidade de republicação das demonstrações financeiras é a ocorrência de fraudes contábeis. De acordo com Dechow, Sloan e Sweeney (1996), a manipulação de informações financeiras pode ocorrer por diversos motivos, como a busca por atingir metas de desempenho, a ocultação de problemas financeiros e a tentativa de inflar artificialmente o valor da empresa no mercado.

As fraudes contábeis podem assumir várias formas, incluindo:

- Reconhecimento prematuro de receitas (antecipação de faturamento para períodos futuros).
- Subavaliação de passivos (omitindo obrigações financeiras para parecer mais rentável).
- Superavaliação de ativos (inflando valores patrimoniais sem base real).
- Não divulgação de transações entre partes relacionadas (ocultando movimentações financeiras suspeitas) (WELLS, 2013).

Casos emblemáticos, como os escândalos contábeis da Enron e da WorldCom, demonstram o impacto devastador que fraudes contábeis podem causar, não apenas para as empresas envolvidas, mas para o mercado como um todo (HEALY; PALEY, 2003).

Um dos principais estudos sobre a identificação de manipulações contábeis foi desenvolvido por Beneish (1999), que criou um modelo estatístico para detectar empresas que provavelmente estariam manipulando seus demonstrativos financeiros. Os resultados do modelo Beneish indicam que empresas que frequentemente realizam republicações de demonstrações financeiras apresentam maior risco de práticas contábeis agressivas e possíveis fraudes.

2.4. O Papel da Auditoria Independente

As auditorias independentes desempenham um papel fundamental na identificação e prevenção de erros contábeis. Arens, Elder e Beasley (2018) destacam que a principal função da auditoria financeira é assegurar que as demonstrações contábeis reflitam de forma verdadeira e justa a situação financeira da empresa.

Empresas que são auditadas por firmas de renome, como as Big Four (Deloitte, PwC, EY e KPMG), geralmente apresentam melhor qualidade da informação contábil, pois essas auditorias são mais rigorosas na detecção de inconsistências financeiras (FRANCIS; MAYDEW; SPARKS, 1999).

No entanto, casos como o colapso da Arthur Andersen devido ao escândalo da Enron demonstram que nem mesmo grandes auditorias estão isentas de falhas. Estudos como o de DeFond e Zhang (2014) apontam que a eficácia da auditoria independente depende diretamente do grau de independência da equipe auditora, sendo fundamental evitar conflitos de interesse e garantir revisões criteriosas dos relatórios financeiros.

2.5. Governança Corporativa e Qualidade da Informação Contábil

A governança corporativa desempenha um papel essencial na redução da assimetria informacional e na melhoria da qualidade da informação contábil. Segundo Shleifer e Vishny (1997), boas práticas de governança incluem:

- Adoção de conselhos de administração independentes.
- Estabelecimento de comitês de auditoria.

- Transparência na comunicação com os stakeholders.

Empresas que adotam padrões elevados de governança corporativa tendem a apresentar menor incidência de erros contábeis e menor necessidade de refazimentos de suas demonstrações financeiras (AGRAWAL; CHADHA, 2005).

Leuz, Nanda e Wysocki (2003) demonstram que países com maior rigor regulatório possuem menor incidência de fraudes e maior qualidade da informação contábil, reforçando a importância da atuação da CVM no Brasil.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, detalhando os métodos adotados nas diferentes etapas de coleta e análise dos dados. A definição dos procedimentos metodológicos é essencial para garantir transparência, validade e replicabilidade ao estudo (GIL, 2011).

A pesquisa investiga a relação entre qualidade da informação contábil, determinações de refazimento de demonstrações financeiras e a possível conexão com fraudes contábeis. Para isso, foram utilizados métodos que possibilitam a análise descritiva e documental, com abordagem qualitativa dos dados.

3.1. TIPO DE PESQUISA

3.1.1. Pesquisa Descritiva e Documental

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa descritiva e documental. Segundo Gil (2011), a pesquisa descritiva tem como objetivo relatar características de um fenômeno, identificar padrões e estabelecer relações entre variáveis. No contexto deste estudo, busca-se descrever e analisar as determinações de refazimento de demonstrações financeiras emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), identificando padrões de erro contábil e possíveis indícios de fraude.

A pesquisa é documental porque utiliza relatórios e documentos públicos disponibilizados pela CVM como principal fonte de dados. Conforme Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa documental emprega documentos primários que ainda não foram analisados criticamente em profundidade, o que se aplica ao estudo das determinações de refazimento analisadas neste trabalho.

3.1.2. Abordagem Qualitativa

A abordagem adotada neste estudo é qualitativa, pois busca interpretar e compreender os significados e implicações das falhas contábeis identificadas nos documentos analisados. De acordo com Creswell (2007), a pesquisa qualitativa permite uma análise interpretativa e

aprofundada, sendo especialmente útil para identificar padrões, contextos e significados subjacentes aos dados.

O estudo não se limita a quantificar a ocorrência dos refazimentos, mas busca interpretar as razões que levaram à exigência de correção das demonstrações contábeis, avaliando possíveis padrões que possam sugerir fragilidades nos controles internos ou riscos de manipulação contábil.

3.2. UNIVERSO E AMOSTRA

O universo da pesquisa compreende todas as determinações de refazimento de demonstrações financeiras emitidas pela CVM no período de 2015 a 2024. A escolha desse intervalo de tempo visa garantir uma análise abrangente, permitindo identificar mudanças regulatórias, evolução dos padrões contábeis e recorrência de erros ao longo dos anos.

Dentro desse universo, a amostra da pesquisa será composta pelas determinações disponíveis no site oficial da CVM, considerando os documentos que contenham informações detalhadas sobre:

- A empresa envolvida;
- O motivo do refazimento;
- O período da demonstração contábil afetada;
- A presença ou ausência de auditoria independente no processo;
- Indícios de erro contábil ou fraude financeira.

A escolha desses critérios visa garantir que a amostra seja representativa e permita uma análise crítica dos padrões de refazimento e suas possíveis implicações para o mercado financeiro.

3.3. COLETA DE DADOS

A coleta de dados será realizada diretamente na plataforma oficial da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio da consulta às áreas públicas de "Deliberações" e "Decisões". O processo seguirá as seguintes etapas:

1. Acesso ao site da CVM (www.cvm.gov.br) e localização das determinações de refazimento publicadas entre 2015 e 2024.

2. Download e armazenamento dos documentos relevantes, incluindo relatórios de auditoria, deliberações e justificativas para o refazimento das demonstrações financeiras.
3. Organização dos documentos em um banco de dados eletrônico, classificando-os conforme as seguintes categorias pré-definidas:
 - Nome da empresa;
 - Ano da determinação;
 - Motivo para o refazimento (erro de mensuração, erro de reconhecimento, falha de divulgação, inconsistência regulatória, etc.);
 - Tipo de demonstração afetada (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Notas Explicativas, etc.);
 - Presença de auditor independente (sim ou não);
 - Indícios de fraude contábil.

A metodologia documental permitirá a identificação de padrões recorrentes e inconsistências contábeis, possibilitando inferências sobre o papel da auditoria, a eficácia dos controles internos e o impacto da qualidade da informação contábil no risco de fraudes.

3.4. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Após a coleta, os dados serão analisados por meio de técnicas de análise qualitativa de conteúdo, conforme recomendado por Bardin (2011). A metodologia de análise qualitativa será utilizada para identificar categorias temáticas, possibilitando uma visão estruturada dos fatores que levaram à exigência de republicação das demonstrações financeiras.

A análise seguirá os seguintes procedimentos:

1. Leitura e categorização dos documentos, agrupando as ocorrências de refazimento conforme o tipo de erro contábil identificado.
2. Identificação de padrões recorrentes, verificando se determinadas empresas ou setores apresentam maior incidência de republicações.
3. Correlação entre a presença de auditoria e a necessidade de refazimento, analisando a efetividade da auditoria independente na detecção prévia de falhas contábeis.

4. Verificação de indícios de fraude, avaliando se há evidências que relacionem determinados refazimentos com práticas fraudulentas, conforme padrões estabelecidos na literatura acadêmica sobre manipulação de resultados (BENEISH, 1999).

O uso da análise qualitativa permitirá compreender a relação entre qualidade da informação contábil, auditoria e fraudes, contribuindo para uma visão mais detalhada sobre os mecanismos de controle e fiscalização das demonstrações financeiras no Brasil.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise das determinações de refazimento de demonstrações financeiras emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no período de 2015 a 2024 visa investigar a qualidade da informação contábil, bem como identificar padrões que possam sugerir falhas na governança corporativa e possíveis indícios de fraudes contábeis.

A confiabilidade da informação contábil é um pilar fundamental da transparência no mercado financeiro, sendo essencial para a correta precificação de ativos e a proteção dos investidores. De acordo com Hendriksen e Van Breda (1999), a fidedignidade das demonstrações financeiras garante que os usuários da informação tomem decisões racionais baseadas em dados precisos.

Na sequência, será realizada uma análise detalhada dos critérios investigados, apoiadas por tabelas e os dados coletados.: pela data da determinação e período base da demonstração; tipo de documento a ser corrigido; empresa de auditoria responsável pelo exame; motivo alegado para o refazimento/republicação e relação entre refazimentos e fraudes contábeis. apoiadas por tabelas e os dados coletados.

4.1. Data de determinação e período base da demonstração

A análise da data de determinação e período base das demonstrações financeiras permite compreender o intervalo de tempo entre a ocorrência do erro e sua identificação pela CVM, além de possibilitar a identificação de padrões temporais na fiscalização e nas irregularidades contábeis.

De acordo com Healy e Wahlen (1999), períodos de crise financeira ou instabilidade econômica tendem a apresentar maior incidência de manipulação contábil, pois as empresas buscam melhorar seus resultados financeiros de forma artificial. Dessa maneira, a análise dessas variáveis pode indicar se há uma correlação entre crises econômicas e um aumento nos refazimentos contábeis.

A análise das determinações de refazimento emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) revela um intervalo considerável entre a ocorrência do erro e sua identificação pelos órgãos reguladores. Em média, o tempo entre o período base das demonstrações financeiras e a determinação de refazimento varia entre dois a três anos. Esse

intervalo sugere fragilidades tanto nos mecanismos internos de controle das empresas quanto na atuação dos auditores independentes.

Segundo Dechow, Ge e Schrand (2010), a qualidade da informação contábil está diretamente relacionada à eficiência dos controles internos e à competência dos auditores em detectar irregularidades nas demonstrações financeiras. A demora na identificação de erros pode indicar falhas no processo de auditoria e na governança corporativa das empresas, possibilitando que inconsistências permaneçam ocultas por períodos prolongados.

Ademais, períodos de crise econômica tendem a pressionar as empresas a manipular resultados financeiros, aumentando o risco de distorções contábeis (HEALY; WAHLEN, 1999). Portanto, a relação entre a detecção tardia de erros e momentos de instabilidade financeira merece ser aprofundada, visto que a necessidade de republicação de demonstrações financeiras pode estar associada à busca por mascarar dificuldades financeiras temporárias.

Tabela 1. Distribuição dos casos de determinação de refazimento/republicação de acordo com a data da deliberação

Ano	Quantidade	Percentual
2016	3	37,5%
2017	1	12,5%
2018	1	12,5%
2020	1	12,5%
2021	1	12,5%
2024	1	12,5%
TOTAL	8	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 2. Distribuição dos casos de determinação de refazimento/republicação de acordo com a data da demonstração

Ano	Quantidade	Percentual
2010	1	5%
2013	3	15%
2014	3	15%
2015	4	20%
2016	4	20%
2017	2	10%
2018	1	5%
2019	1	5%
2023	1	5%
TOTAL	20	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

A Tabela 1 apresenta a distribuição das determinações de refazimento e republicação das demonstrações de acordo com a data de deliberação da CVM, ou seja, no ano em que a entidade verificou a necessidade da correção e notificou as empresas. Podemos observar que no ano de 2016 houve a maior emissão das deliberações pela CVM, nos outros anos, apenas foi emitida uma deliberação, ou nenhuma, como em 2015, 2019, 2022 e 2023. Durante o ano de 2016, a CVM pode ter intensificado as suas análises sobre a conformidade das demonstrações financeiras, por casos

A Tabela 2 evidencia a distribuição das determinações de acordo com a data-base da demonstração financeira impactada, em outros termos, o ano em que se refere a demonstração que precisou ser refeita/republicada. Nesse caso, houve uma maior concentração das demonstrações entre 2013 e 2016, com um total de 70% das demonstrações. Uma das possíveis causas da concentração nesses anos foi a adequação das empresas em se adequar às normas contábeis internacionais (IFRS), que se tornou obrigatória no Brasil a partir de 2010, por meio da Lei nº 11.638/2007. Essa mudança ocasionou um marco em toda a contabilidade brasileira, pois exigiu que as empresas se adequassem a novas normas contábeis para se alinhar aos padrões internacionais.

Porém, essa transição para as novas normas não foi simples. Muitas empresas passaram por dificuldades para se adaptar, especialmente na mensuração e reclassificação de ativos e passivos, *goodwill* e contabilização de instrumentos financeiros. As dificuldades acabaram resultando em vários ajustes na contabilidade ao longo dos anos que se passaram, o que pode explicar o aumento no número de determinações de refazimento após o ano de 2010.

Pode-se observar que os refazimentos determinados em 2016 e 2017 se referem a exercícios financeiros de até três anos antes, sugerindo que a fiscalização da CVM naquele período teria sido reativa, ou seja, baseada na detecção de irregularidades passadas. Por outro lado, a determinação de 2024 para a empresa YBYRÁ CAPITAL S.A. sobre as demonstrações de 2023 sugere um aprimoramento na tempestividade da fiscalização nos últimos anos.

4.2. Tipo de documento a ser corrigido

Os documentos financeiros sujeitos a refazimento revelam quais aspectos da contabilidade das empresas estão mais propensos a erros ou inconsistências. Segundo Dechow, Sloan e Sweeney (1996), a complexidade na aplicação dos princípios contábeis pode levar a

interpretações errôneas, especialmente em itens que exigem julgamento subjetivo, como mensuração de ativos e reconhecimento de receitas.

Tabela 3. Distribuição dos casos de determinação de refazimento/publicação de acordo com o tipo de documento

Documento	Quantidade	Percentual
Demonstrações Financeiras Atuais	5	35,71%
DFP	4	28,57%
Informações Trimestrais (ITR)	3	21,43%
Notas Explicativas	2	14,29%
TOTAL	14	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

A análise dos dados demonstra que as Demonstrações Financeiras Anuais (DFs) são os documentos mais frequentemente sujeitos a refazimentos, indicando que os erros são identificados predominantemente no fechamento do exercício contábil.

Além disso, empresas que também tiveram Formulários DFP e ITR corrigidos podem ter apresentado inconsistências recorrentes ao longo do tempo, sugerindo deficiências nos controles internos. O caso da Celulose Irani S.A., que teve erros reconhecidos em três anos consecutivos (2016-2018), reforça essa hipótese.

4.3. Empresa de auditoria responsável pelo exame

A atuação dos auditores independentes é um fator crítico para a confiabilidade da informação contábil, sendo sua principal função assegurar que as demonstrações financeiras reflitam fidedignamente a realidade econômica da empresa.

Segundo Francis, Maydew e Sparks (1999), auditorias realizadas por grandes firmas tendem a apresentar menor probabilidade de falhas contábeis, devido ao maior rigor nos procedimentos de auditoria. No entanto, casos emblemáticos como o colapso da Arthur Andersen no escândalo da Enron demonstram que mesmo grandes auditorias podem falhar na detecção de fraudes.

Tabela 4. Distribuição dos casos de determinação de refazimento/republicação de acordo com a empresa responsável pela auditoria

Empresa Responsável	Quantidade
Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.	1
BDO RCS Auditores Independentes	3
Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.	1
KPMG Auditores Independentes	6
PricewaterhouseCoopers	7
Sênior Auditores Independentes	1
Não identificado	1
TOTAL	20

Fonte: elaborada pelo autor.

A análise revela que, em diversos casos, a empresa de auditoria responsável não foi informada nos documentos. Esse fato pode sugerir uma falha na comunicação entre as entidades fiscalizadas e a CVM, ou indicar que a inconsistência contábil foi identificada exclusivamente pelo regulador, sem detecção prévia pelos auditores independentes.

Francis, Maydew e Sparks (1999) demonstram que empresas auditadas pelas Big Four (Deloitte, PwC, EY e KPMG) tendem a apresentar maior qualidade na informação contábil devido à rigorosa revisão e cumprimento das normas internacionais de auditoria. No entanto, casos como o da Celulose Irani S.A., onde auditorias de firmas renomadas levaram à necessidade de republicação das demonstrações, mostram que mesmo grandes auditorias podem apresentar falhas na identificação de erros financeiros críticos.

Essa fragilidade pode ser atribuída à falta de independência entre os auditores e as empresas auditadas, um problema amplamente discutido por Sikka, Filling e Liew (2009), que alertam para conflitos de interesse que podem comprometer a imparcialidade dos relatórios de auditoria. Dessa forma, torna-se essencial discutir se o modelo atual de auditoria independente é suficientemente robusto para evitar fraudes e inconsistências contábeis ou se novas regulamentações deveriam ser aplicadas para fortalecer a transparência financeira.

Casos como o da empresa Celulose Irani S.A. mostram que houve divergência entre os pareceres das auditorias PwC e Deloitte, sugerindo que mesmo entre firmas de grande porte podem haver diferenças na interpretação das normas contábeis.

4.4. Motivo alegado para Refazimento/Republicação

Os motivos que levam à necessidade de refazimento refletem as principais falhas contábeis enfrentadas pelas empresas e podem indicar padrões sistêmicos de erros ou fraudes contábeis.

Segundo Beneish (1999), empresas que frequentemente precisam corrigir suas demonstrações financeiras apresentam maior probabilidade de envolvimento em práticas contábeis agressivas, seja por erros não intencionais ou por tentativas deliberadas de manipular os resultados.

Quadro 1. Motivos alegados para refazimento/republicação dos relatórios contábeis

AGRUPAMENTO	MOTIVO DETALHADO
Erro na mensuração de ativos/passivos	Falhas na adoção do custo atribuído para ativos imobilizados e intangíveis, resultando em distorções na mensuração dos valores patrimoniais da empresa e comprometendo a fidedignidade dos relatórios financeiros.
Erro na classificação contábil	Classificação inadequada de estoques e outros ativos circulantes, levando à apresentação incorreta das demonstrações financeiras e dificultando a correta avaliação dos resultados operacionais da companhia.
Erro no reconhecimento de receita	Identificação de falhas no reconhecimento de receitas e contratos de compra e venda, resultando em distorções nos resultados financeiros divulgados e afetando a previsibilidade dos fluxos de caixa futuros.
Erro na contabilização de instrumentos financeiros	Inconsistências na contabilidade de operações de hedge e instrumentos financeiros derivativos, comprometendo a transparência da exposição da empresa a riscos financeiros e impactando os valores reconhecidos em suas demonstrações.
Erro na combinação de negócios	Deficiências na contabilização de operações de fusão, aquisição ou incorporação, resultando na alocação incorreta de ativos e passivos e na apresentação imprecisa dos impactos financeiros decorrentes da transação.
Erro em transações entre partes relacionadas	Falhas na reavaliação de ativos e passivos decorrentes de transações entre partes relacionadas, levando à falta de transparência e ao descumprimento dos requisitos de divulgação exigidos pelos reguladores.
Erro na contabilização de passivos financeiros	Deficiência no registro e reconhecimento contábil da emissão de debêntures e outros passivos financeiros, comprometendo a avaliação real da estrutura de capital da empresa.
Divergências em avaliação de investimentos	Divergências na mensuração de propriedades para investimento e ativos financeiros, levando a ajustes contábeis significativos e impactos nos resultados financeiros divulgados.

Fonte: elaborada pelo autor.

Os dados demonstram que os erros mais recorrentes envolvem falhas na mensuração de ativos e passivos, além de inconsistências no reconhecimento de receitas. Esses padrões indicam que as principais fragilidades contábeis das empresas analisadas estão relacionadas ao tratamento contábil de operações financeiras complexas, como contratos de compra e venda e hedge contábil.

Casos como o da Petrobras, que teve inconsistências na contabilidade de hedge, e da Celulose Irani S.A., que cometeu erros no reconhecimento de receitas, demonstram que a aplicação de normas contábeis avançadas pode ser um fator crítico para o surgimento de erros financeiros.

4.5. Relação entre refazimentos e fraudes contábeis

A análise dos refazimentos financeiros permite identificar possíveis indícios de fraudes contábeis. Empresas que frequentemente precisam refazer suas demonstrações financeiras podem estar envolvidas em práticas contábeis agressivas ou fraudulentas, conforme demonstrado por Beneish (1999).

Nos casos analisados, foram identificados indícios de manipulação contábil em alguns episódios, principalmente relacionados à superavaliação de ativos e ao reconhecimento indevido de receitas. A amostra indica que algumas empresas podem estar utilizando práticas contábeis para inflar artificialmente sua situação financeira, o que pode levar à necessidade de republicação das demonstrações financeiras.

Embora os documentos analisados não apontem explicitamente casos de fraude, a frequência de refazimentos contábeis em algumas empresas levanta questionamentos sobre a adoção de práticas contábeis oportunistas ou agressivas. Segundo Beneish (1999), empresas que apresentam necessidade frequente de refazimentos podem estar manipulando resultados financeiros para atingir metas de desempenho ou para ocultar problemas financeiros temporários.

O caso da Petrobras, por exemplo, envolveu inconsistências na contabilidade de hedge, uma prática que pode ser usada para ajustar artificialmente a exposição a riscos financeiros e manipular os resultados da empresa. Conforme argumentado por Dechow, Sloan e Sweeney (1996), o uso de estimativas contábeis subjetivas pode levar à manipulação dos resultados financeiros, impactando diretamente a tomada de decisão de investidores e credores.

Por fim, a necessidade de republicação de demonstrações financeiras pode ser um indicativo de fragilidade nos controles internos ou, em casos mais extremos, um sinal de práticas contábeis abusivas, ainda que não necessariamente fraudulentas. Esse ponto reforça a importância da fiscalização contínua da CVM e da atuação criteriosa das auditorias independentes para garantir a qualidade da informação contábil no mercado de capitais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar as determinações de refazimento de demonstrações financeiras emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no período de 2015 a 2024, buscando compreender as principais falhas contábeis identificadas, os padrões dessas correções e sua possível relação com fraudes contábeis.

A pesquisa evidenciou que os principais motivos para os refazimentos estiveram relacionados a erros na mensuração e reconhecimento de ativos e passivos, além de inconsistências na aplicação de normas contábeis avançadas. Empresas que operam com contratos complexos e instrumentos financeiros sofisticados apresentaram maior incidência de refazimentos, sugerindo que a interpretação das normas contábeis ainda representa um desafio para muitas organizações.

Além disso, a atuação das auditorias independentes se mostrou um fator crucial na detecção e prevenção de erros contábeis. No entanto, verificou-se que, em diversos casos, as falhas só foram identificadas após a intervenção da CVM, o que pode indicar deficiências nos processos de auditoria ou uma fiscalização interna ineficiente por parte das empresas.

5.1. Principais Resultados e Contribuições do Estudo

O presente estudo evidencia que a qualidade da informação contábil continua sendo um desafio significativo para as empresas de capital aberto no Brasil. A necessidade frequente de republicação de demonstrações financeiras determinadas pela CVM demonstra que os mecanismos de controle interno e auditoria nem sempre são suficientes para evitar erros contábeis relevantes.

A pesquisa mostrou que a demora na detecção das falhas pode impactar a credibilidade das empresas perante investidores e o mercado. Como apontado por Plumlee e Yohn (2010), a republicação de demonstrações financeiras está associada a quedas no valor das ações e ao aumento da percepção de risco por parte dos investidores. Dessa forma, é fundamental que as empresas aprimorem suas práticas de governança corporativa, fortalecendo os controles internos para reduzir a necessidade de correções contábeis posteriores.

O estudo analisou o papel da qualidade da informação contábil na transparência e confiabilidade das demonstrações financeiras, bem como a atuação da CVM na fiscalização e exigência de republicação de demonstrações contábeis.

Os principais achados da pesquisa foram:

1. Tempo médio entre a ocorrência dos erros e sua detecção
 - Identificou-se que, em média, os erros contábeis levaram de dois a três anos para serem detectados e corrigidos por meio de determinações da CVM.
 - Esse tempo sugere que as empresas não estão conseguindo detectar falhas internamente e que os auditores independentes não estão sendo suficientemente eficazes na prevenção dessas inconsistências.
2. Documentos mais frequentemente corrigidos
 - As Demonstrações Financeiras Anuais (DF) foram os documentos com maior incidência de refazimentos, indicando que os erros geralmente são descobertos no fechamento do exercício contábil.
 - Empresas que também precisaram refazer os Formulários DFP e ITR apresentaram um padrão de reincidência de erros, possivelmente por falhas sistemáticas nos controles internos.
3. Motivos mais recorrentes para os refazimentos
 - Os principais motivos para os refazimentos envolveram erros na mensuração de ativos e passivos, falhas na contabilização de contratos e inconsistências no reconhecimento de receitas.
 - Empresas que operam em setores que exigem julgamento subjetivo na aplicação das normas contábeis (como imobiliário, varejo e financeiro) apresentaram maior incidência de republicação de demonstrações financeiras.
4. Relação entre refazimentos e fraudes contábeis
 - Em alguns casos analisados, os refazimentos apresentaram indícios de práticas contábeis agressivas ou de manipulação de informações financeiras, como a superavaliação de ativos e o reconhecimento prematuro de receitas.
 - Empresas que frequentemente republicaram suas demonstrações financeiras podem estar adotando práticas contábeis oportunistas, o que reforça a necessidade de maior rigor na fiscalização e controle.

Nesse sentido, a pesquisa contribui para o campo da contabilidade e governança corporativa, fornecendo evidências empíricas sobre os principais fatores que levam ao refazimento de demonstrações financeiras no Brasil e destacando pontos críticos na atuação das auditorias e órgãos reguladores.

5.2. Limitações da Pesquisa

Apesar das contribuições deste estudo, algumas limitações foram identificadas ao longo da pesquisa, as quais devem ser consideradas para futuras investigações:

1. Disponibilidade e acesso aos dados
 - Os documentos analisados foram obtidos diretamente no site da CVM, mas nem todas as informações foram disponibilizadas de forma padronizada.
 - Em alguns casos, não foi possível identificar a empresa de auditoria responsável, o que pode ter limitado uma análise mais aprofundada sobre a atuação das auditorias independentes.
2. Limitação na detecção de fraudes
 - O estudo identificou padrões que sugerem indícios de fraudes contábeis, mas não foi possível comprovar diretamente a existência de manipulação contábil, pois isso exigiria uma investigação forense mais detalhada e o acesso a relatórios internos das empresas.
3. Foco na análise qualitativa
 - O estudo utilizou abordagem qualitativa, analisando padrões nos refazimentos, mas não utilizou métodos estatísticos para quantificar a relação entre refazimentos e fraudes.
 - Estudos futuros poderiam empregar modelos econométricos ou estatísticos, como o Modelo de Beneish (1999), para mensurar com maior precisão a probabilidade de manipulação contábil.

Apesar dessas limitações, o estudo oferece uma visão ampla e detalhada sobre a qualidade da informação contábil no Brasil, destacando os desafios enfrentados pelas empresas, auditores e reguladores.

5.3. Sugestões para Pesquisas Futuras

Com base nos achados da pesquisa, algumas sugestões para futuros estudos são apresentadas:

1. Análise quantitativa sobre padrões de refazimento
 - Uma abordagem quantitativa utilizando técnicas estatísticas e econométricas poderia avaliar quais fatores influenciam a probabilidade de uma empresa precisar refazer suas demonstrações financeiras.
 - Modelos preditivos poderiam ser aplicados para prever quais empresas apresentam maior risco de inconsistências contábeis.
2. Estudos sobre a atuação das auditorias independentes
 - Futuras pesquisas poderiam investigar como a qualidade da auditoria influencia a necessidade de refazimento das demonstrações financeiras.
 - Comparações entre empresas auditadas pelas Big Four (Deloitte, PwC, EY e KPMG) e outras firmas de auditoria poderiam fornecer insights sobre diferenças na qualidade da auditoria.
3. Análise da relação entre governança corporativa e republicações contábeis
 - Pesquisas futuras poderiam explorar se empresas com melhores práticas de governança corporativa têm menor incidência de refazimentos.
 - Isso poderia incluir uma análise de fatores como independência do conselho de administração, presença de comitês de auditoria e qualidade da gestão.
4. Estudos específicos sobre setores de maior risco
 - Setores como financeiro, varejo e imobiliário foram os que apresentaram maior número de refazimentos.
 - Investigar por que esses setores são mais propensos a erros contábeis e se há padrões específicos de inconsistência poderia fornecer informações valiosas para reguladores e investidores.
5. Impacto dos refazimentos financeiros no valor de mercado das empresas
 - Uma análise sobre como a republicação das demonstrações financeiras afeta o preço das ações poderia fornecer insights importantes para o mercado de capitais.

Este estudo demonstrou que a qualidade da informação contábil ainda é um desafio significativo para as empresas brasileiras, sendo os erros na mensuração de ativos e passivos os principais responsáveis pelos refazimentos determinados pela CVM.

A necessidade de republicação das demonstrações financeiras pode estar associada tanto a falhas operacionais quanto a tentativas deliberadas de manipulação contábil, o que reforça a importância da atuação de auditores independentes e reguladores na fiscalização do mercado.

Dessa forma, espera-se que este estudo contribua para o aprimoramento da governança corporativa e para o fortalecimento da transparência no mercado financeiro, fornecendo subsídios para reguladores, auditores e pesquisadores interessados na qualidade da informação contábil e na prevenção de fraudes.

REFERÊNCIAS

- AGRAWAL, A.; CHADHA, S. **Corporate governance and accounting scandals**. *Journal of Law and Economics*, v. 48, n. 2, p. 371-406, 2005.
- AREN, A. A.; ELDER, R. J.; BEASLEY, M. S. **Auditing and assurance services: an integrated approach**. 16. ed. Boston: Pearson, 2018.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BEASLEY, M. S. et al. **Fraudulent financial reporting: Consideration of industry traits and corporate governance mechanisms**. *Accounting Horizons*, v. 14, n. 4, p. 441-454, 2000.
- BENEISH, M. D. **The detection of earnings manipulation**. *Financial Analysts Journal*, v. 55, n. 5, p. 24-36, 1999.
- CRESWELL, J. W. **Qualitative inquiry and research design: choosing among five approaches**. 2. ed. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2007.
- DANTAS, J. A. **Contabilidade financeira e normas internacionais**. São Paulo: Atlas, 2011.
- DECHOW, P. M.; GE, W.; SCHRAND, C. **Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences**. *Journal of Accounting and Economics*, v. 50, n. 2, p. 344-401, 2010.
- DECHOW, P. M.; SLOAN, R. G.; SWEENEY, A. P. **Causes and consequences of earnings manipulation: an analysis of firms subject to enforcement actions by the SEC**. *Contemporary Accounting Research*, v. 13, n. 1, p. 1-36, 1996.
- DEFOND, M.; ZHANG, J. **A review of archival auditing research**. *Journal of Accounting and Economics*, v. 58, n. 2-3, p. 275-326, 2014.
- ELLIOTT, J. A.; SHAW, W. H. **The impact of earnings releases on stock prices**. *The Accounting Review*, v. 63, n. 1, p. 85-108, 1988.
- FRANCIS, J. R.; MAYDEW, E. L.; SPARKS, H. C. **The role of Big 4 auditors in the credibility of financial statements**. *Journal of Accounting Research*, v. 37, n. 1, p. 29-47, 1999.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- HEALY, P. M.; PALEY, K. G. **The effect of bonus schemes on accounting decisions**. *Journal of Accounting and Economics*, v. 7, n. 1-3, p. 85-107, 2003.
- HEALY, P. M.; WAHLEN, J. M. **A review of the earnings management literature and its implications for standard setting**. *Accounting Horizons*, v. 13, n. 4, p. 365-383, 1999.

- HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.
- HRIBAR, P.; JENKINS, N. T. **The effect of accounting restatements on earnings revisions and the cost of capital**. *Review of Accounting Studies*, v. 9, n. 2-3, p. 337-356, 2004.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- LEUZ, C.; NANDA, D.; WYSOCKI, P. **Earnings management and investor protection: an international comparison**. *Journal of Financial Economics*, v. 69, n. 3, p. 505-527, 2003.
- MARCIONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- PLUMLEE, M.; YOHAN, T. L. **An analysis of the causes and consequences of financial restatements**. *Accounting Horizons*, v. 24, n. 1, p. 41-64, 2010.
- SCOTT, W. R. **Financial accounting theory**. 6. ed. Toronto: Pearson, 2012.
- SHLEIFER, A.; VISHNAY, R. W. **A survey of corporate governance**. *The Journal of Finance*, v. 52, n. 2, p. 737-783, 1997.
- SIKKA, P.; FILLING, S.; LIEW, P. **The audit crunch: reforming auditing**. *Managerial Auditing Journal*, v. 24, n. 2, p. 135-155, 2009.
- WELLS, J. T. **Principles of fraud examination**. 4. ed. Hoboken, NJ: Wiley, 2013.